



6º Assembleia Nacional do CEBRAPAZ

10 de dezembro de 2023

Resolução Política

UNIR O POVO BRASILEIRO NA LUTA PELA PAZ

Índice

1. Introdução	1
2. Estratégia global do imperialismo	3
3. Intervenções militares, golpes políticos, ameaças de guerra	5
4. A autodeterminação dos povos e o direito internacional: os impactos do colonialismo, neocolonialismo e imperialismo	7
5. O mundo multipolar	9
6. A construção de projetos nacionais de independência nacional e a luta pela paz	13
7. A América Latina e a luta pela paz	14
8. O Brasil, a luta democrática e anti-imperialista	15
9. O Conselho Mundial da Paz	16
ANEXO - Plano de Ação (2024/2026)	17
Objetivos Políticos	17
Objetivos Organizativos	18

1. Introdução

O CEBRAPAZ - Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz - chega à sua 6ª Assembleia Nacional com esperança e convicções renovadas sobre o avanço e a vitória dos povos na luta pela paz, a justiça e um mundo fraterno e solidário.

Da nossa Assembleia Nacional emanarão resoluções conectadas com as aspirações dos povos à soberania, justiça social e paz, o que é indissociável da luta anti-imperialista.

Enquanto prevalecer o sistema de dominação imperialista não haverá paz mundial. Que a nossa Assembleia seja um apelo veemente à união do povo brasileiro e demais povos por um planeta livre da opressão e exploração dos potentados internacionais e um passo adiante rumo à edificação de novo ordenamento mundial.

O sonho de criar um mundo equilibrado, justo, pacífico e de bem-estar para toda a humanidade defronta-se com a dura e complexa realidade das contradições sociais, das desigualdades, dos desequilíbrios ambientais, dos golpes contra a democracia, da vigência de governos antipopulares e das guerras, fruto do domínio de potências imperialistas.

O mundo enfrenta uma crise multidimensional de proporções inauditas. Persiste a crise do sistema capitalista, crescem as desigualdades nacionais e sociais, agravam-se a superexploração do trabalho, o desemprego, o alastramento da miséria e a deterioração das políticas públicas.

Acentuam-se os traços mais perversos e injustos do sistema econômico internacional. Os fatores de crise econômica, social e ambiental se entrelaçam com as contradições geopolíticas.

A desigualdade social persiste e se agrava em todo o mundo. Muitos países enfrentam desafios relacionados ao acesso desigual à educação, saúde e empregos. Isso em si já significa uma violação de direitos humanos, ao mesmo tempo em que gera tensões e conflitos políticos. A crescente disparidade de riqueza entre as nações e dentro delas, juntamente com as ameaças ambientais como as mudanças climáticas, representam desafios significativos para a justiça social e a estabilidade global. A concentração de riqueza e os desequilíbrios ambientais, exacerbados por eventos climáticos extremos e escassez de recursos naturais, são obstáculos para alcançar um mundo mais equilibrado e sustentável.

As discriminações de todo tipo que afetam a dignidade humana compõem o quadro de degradação social resultante do sistema de produção capitalista, hoje em fase de senilidade.

Conflitos armados persistem e se agravam em várias partes do mundo, decorrentes dos interesses de rapina e das políticas intervencionistas das potências imperialistas, que pretendem, com “manu militari”, impor os seus privilégios. Esses conflitos se devem aos interesses geopolíticos, rivalidades e ambições imperiais de grandes potências.

A democracia está sob ameaça, o que também afeta a paz.

A segurança global é desafiada pela multiplicação das bases militares estadunidenses e a proliferação de armas nucleares. O imperialismo estadunidense busca a todo custo combater a multipolaridade e impedir que alcance êxito a busca de nações independentes por uma ordem internacional mais equilibrada e segura, em que o multilateralismo genuíno, e não o hegemonismo, prevaleça nas relações internacionais.

O fenômeno mais destacado de nossa época é a emergência do mundo multipolar, decorrente do declínio histórico do imperialismo estadunidense, da emergência da China como potência econômica e politicamente mais assertiva e a reemergência do poder nacional da Rússia. Após a Guerra Fria, os Estados Unidos surgem como a única superpotência mundial. No entanto, o poder relativo dos EUA tem diminuído nas últimas décadas. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo desafios econômicos, envolvimento em conflitos de longo prazo no Oriente Médio e competição geopolítica com outras potências, como a China e a Rússia.

A China tem experimentado um crescimento econômico notável, tornando-se a segunda maior economia do mundo e a maior potência comercial. Se levarmos em consideração como principal critério a paridade do poder de compra, a China já ocupa o primeiro lugar, sendo o principal parceiro comercial de mais de 150 países (contra apenas 40 que têm os EUA como principal parceiro). Além disso, adotou uma postura mais assertiva em assuntos internacionais, fortalecendo suas relações em todo o mundo. Isso a coloca como uma potência global de destaque e um contrapeso ao poder dos Estados Unidos.

A Rússia, após o colapso da União Soviética, passou por um período de fraqueza. No entanto, nas últimas duas décadas, o país tem recuperado sua influência regional e global. O envolvimento em conflitos na Ucrânia e na Síria e o desenvolvimento de capacidades militares avançadas ressaltam o seu papel como ator relevante no cenário internacional.

Além disso, o surgimento de novos blocos anti-hegemônicos, como a Organização para a Cooperação de Xangai, o BRICS e a CELAC, entre outros, desempenham um papel fundamental. Esses blocos representam os esforços de países em desenvolvimento e emergentes para fortalecer sua posição na política internacional, promovendo a cooperação econômica, política e de segurança, frequentemente desafiando a influência tradicional das potências ocidentais.

A convergência desses fatores contribui para a emergência de um sistema internacional multipolar no qual nações e regiões terão condições para seguir caminhos de desenvolvimento soberano e popular. A multipolaridade não trará automaticamente paz e equilíbrio. É fruto de conflitos e pode resultar em outros.

A multipolaridade desafia a hegemonia estadunidense e seus aliados. A reconfiguração da ordem global também acarreta mudanças nas normas e instituições internacionais.

Faz parte dessa dinâmica o agravamento das contradições entre as potências imperialistas e o chamado Sul global, divisão que reflete desigualdades e injustiças que se manifestam em contradições geopolíticas e conflitos internacionais.

Os países imperialistas conseguiram por meio da drenagem de riquezas e da superexploração do trabalho dos povos colonizados construir ao longo da história, sociedades altamente desenvolvidas, industrializadas, com uma infraestrutura avançada, de alta tecnologia e alto padrão de vida. Dominam recursos financeiros, tecnologia e mercados globais.

Por outro lado, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento do Sul Global lutam para se libertar dos entraves produzidos pelo colonialismo: economias frágeis, da pobreza, da infraestrutura obsoleta e inadequada, além da falta de acesso à tecnologia e recursos financeiros. Isto resulta em incapacidade de prover serviços básicos de saúde e educação a suas populações.

Os países imperialistas dominam instituições internacionais decisórias, como o FMI e o Banco Mundial e a própria ONU.

As contradições históricas entre o Norte e o Sul global, marcadas por legados de colonialismo e desigualdades econômicas, têm um impacto profundo nas relações internacionais e na governança global. A busca por alinhamentos alternativos ao imperialismo, como visto na expansão do BRICS e na Cúpula do G77, reflete um esforço global para superar essas disparidades.

O espírito que caracteriza nossa época é o anti-imperialismo. A paz, o novo equilíbrio do mundo, a justiça social e o progresso para todas as nações resultarão do avanço dessa luta, da qual fazem parte essencial os esforços dos países socialistas, como China, Cuba, Vietnã, Coreia Popular e Laos pela construção da nova sociedade; dos países que na América Latina abrem novos caminhos no combate ao imperialismo estadunidense, como Venezuela, Nicarágua, Bolívia, entre outros e dos povos em confronto direto com os instrumentos do imperialismo estadunidense, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Israel, destacadamente os russos em combate na Ucrânia e o heroico povo palestino. Países do Oriente Médio, como o Irã e a Síria, e a África como o Zimbábue, sancionados e perseguidos pelo imperialismo, também estão na linha de frente da luta anti-imperialista hoje, assim como os povos do Saara Ocidental, do Sahel e da África como um todo.

O povo brasileiro, que há exatamente um ano infligiu expressiva derrota ao governo antidemocrático e pró-imperialista de Bolsonaro, também reúne condições de desempenhar um ponderável papel na luta por transformações profundas no mundo. Por isso, tem toda razão de ser a palavra de ordem da nossa 6ª Assembleia Nacional: Unir o Povo Brasileiro na Luta Pela Paz.

2. Estratégia global do imperialismo

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América constituíram-se como o centro do capitalismo mundial, tornando-se a principal potência militar do planeta e passando a controlar o regime monetário internacional, o qual tem – até o presente – o dólar como moeda de

referência, dando aos EUA a capacidade de cobrir seus próprios passivos externos com a moeda que emitem, tema que será abordado mais detalhadamente adiante.

Essa hegemonia dos EUA, no entanto, vem sendo colocada em xeque pela ascensão de uma nova potência econômica: a China. Tendo ultrapassado os EUA em termos de paridade de poder de compra, a economia chinesa vem ganhando espaço, ao mesmo tempo em que, politicamente, o país asiático tem tido sucesso em articular novos blocos comerciais, em conjunto com outras grandes economias, como a Rússia e o Brasil, além da Índia e dos países que hoje conformam o bloco africano. Desde a crise de 2008, aliás, China, Rússia, Brasil e Índia, aos quais juntou-se em seguida a África do Sul, vêm reivindicando reformas no sistema financeiro internacional. Diante da resistência dos EUA e do bloco europeu (muito vinculado à agenda dos EUA) em realizar reformas significativas no FMI, esses países em desenvolvimento passaram a apostar em novas articulações, o que ensejou o nascimento dos BRICS – a partir do qual, hoje, redesenha-se, pelo menos em parte, os sistemas de pagamentos e até de fluxo financeiro entre esses países e seus parceiros, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e também por meio de mecanismos de trocas em moedas locais.

Mas o imperialismo dos EUA não possui apenas o domínio financeiro no mundo – frente na qual vem tendo dificuldades. Os EUA são uma superpotência militar e mantêm tropas e armamentos por todo o globo.

Após o fim da URSS, os EUA e a OTAN promoveram um cerco implacável à Rússia e trabalharam para transformar a Ucrânia em ponta de lança. Para isso, organizaram em 2004 a chamada “revolução laranja” e em 2014 derrubaram o legítimo governo da Ucrânia, colocando no seu lugar um governo neonazista e anti-russo. Em reação a esse golpe, as populações do leste do país, de origem russa, se rebelaram. A Crimeia aprovou a reintegração à Federação Russa e as populações de Lugansk e Donetsk criaram Repúblicas Populares independentes.

O que se seguiu foram oito anos de ataques do regime de Kiev – apoiado e armado pela OTAN – contra as populações do Donbass, causando-lhe mais de 14 mil mortes. As tentativas de paz, através dos acordos de Minsk 1 e Minsk 2, foram desrespeitadas pela Ucrânia e hoje se sabe que não passaram de mero expediente para ganhar tempo visando fortalecer os seus exércitos e depois atacar as regiões rebeladas e a própria Rússia.

Em fevereiro de 2022, antecipando-se a uma grande operação militar da Ucrânia, com o apoio da OTAN, contra a Crimeia, Donetsk e Lugansk, a Rússia reconheceu essas duas Repúblicas e acolheu o seu pedido de ajuda contra as agressões de Kiev. Teve início, então, o atual conflito na Ucrânia, tendo de um lado a Rússia e as populações do Leste da Ucrânia, e do outro os Estados Unidos, a OTAN e o governo neonazista de Kiev. Com a guerra, os EUA atrelaram os países da União Europeia aos seus interesses na região e os países que na prática já estavam integrados à OTAN se tornaram membros formais da Aliança.

Apesar de mais de 10 mil sanções econômicas, financeiras e tecnológicas contra a Rússia – por parte dos Estados Unidos, União Europeia e seus aliados – e de um apoio nunca visto nos terrenos

logístico e militar a Kiev, as perdas militares ucranianas são relevantes e a Rússia tem conseguido resistir ao cerco econômico.

Junto às agressões permanentes contra a Rússia, os EUA têm intensificado provocações militares e diplomáticas no Pacífico, estimulando os questionamentos à soberania marítima da China (em especial no Mar do Sul da China) e articulando uma aliança com a Austrália e o Reino Unido (AUKUS) contra a China, que inclui a transferência de tecnologia para a produção de armamentos de guerra, incluindo submarinos nucleares. Os EUA também articularam o QUAD, uma aliança com Japão, Austrália e Índia.

3. Intervenções militares, golpes políticos, ameaças de guerra

A realidade global é marcada por uma complexa teia de intervenções militares e estratégias de poder, especialmente por parte de nações imperialistas e neocolonialistas, como Estados Unidos, França, Reino Unido e aliados, como Alemanha e Japão.

Em consequência da crise de acumulação, o capital redobra a opressão imperialista e reforça a acumulação. Esta se dá nos países centrais sobre as massas trabalhadoras, as populações submetidas à opressão racial e de gênero, sobre os serviços antes socializados que vão sendo mercantilizados, e acima de tudo sobre os povos periféricos. Aqueles que resistem enfrentam a ação violenta do imperialismo que tenta subjugar-los por meio da coação e da força.

Nesse cenário, se destaca a ação imperialista dos Estados Unidos, marcada por uma série de intervenções, incursões, apoios e alianças militares, golpes políticos e ameaças de guerra que se entrelaçam com sua estratégia geopolítica e econômica de domínio global. Os EUA têm historicamente adotado uma postura autoritária, interferindo nos assuntos internos de outros países, buscando manter sua hegemonia, avançando na subversão, infiltração e manipulação de sistemas políticos e jurídicos (*lawfare*), e engajando-se em conflitos militares quando julga necessário, seja de forma direta seja via guerras por procuração. Essas ações, muitas vezes, têm trazido consequências desastrosas para a comunidade internacional, incluindo instabilidade política e conflitos em várias regiões.

A economia política do militarismo estadunidense é intrinsecamente ligada ao seu complexo militar-industrial, uma intrincada relação entre as forças armadas, o governo e a indústria de defesa, que juntos formam uma poderosa entidade que exerce influência significativa sobre o cenário internacional e suas instituições multilaterais.

Intervenções militares e os golpes políticos são siameses. As intervenções militares dos EUA em nações soberanas, muitas vezes sob o pretexto de promover a democracia e proteger os interesses estadunidenses, têm sido recorrentes nas relações internacionais. Desde a Guerra do Vietnã até as mais recentes intervenções no Oriente Médio, a partir de Israel sobre a Palestina, a estratégia militar dos EUA capitaneia uma complexa teia de interesses transnacionais de potências hegemônicas.

O caso da invasão do Iraque em 2003 é emblemático, onde a retórica da ameaça de armas de destruição em massa foi utilizada para justificar uma ação militar que tinha como objetivos reais o acesso a recursos petrolíferos e a expansão da influência estadunidense na região. Além disso, a intervenção militar dos Estados Unidos e seus aliados no Afeganistão (2001-2021) exemplifica bem a projeção direta do seu poderio militar consorciado e de seus subterfúgios político-ideológicos. A “Guerra ao Terror” foi fundamentada em parte pelo argumento de que era necessário eliminar ameaças à segurança nacional e global, um discurso que encontrou ressonância não só na política interna dos EUA, mas também na arena internacional. A "Primavera Árabe", que começou no final de 2010, foi um evento que muitas potências ocidentais encararam como uma oportunidade de espalhar "valores democráticos". A intervenção militar na Líbia em 2011, iniciada pelos EUA e depois liderada pela OTAN, foi justificada em grande parte pelo "dever" de proteger os civis líbios contra o regime de Muammar Gaddafi, embora o que estivesse em jogo fossem os interesses geopolíticos e recursos naturais (como petróleo).

Os golpes políticos e as intervenções militares também têm sido ferramentas utilizadas para impor os interesses estadunidenses na América Latina, Ásia e África, onde líderes políticos foram depostos e substituídos por governos mais alinhados com a política externa imperialista dos EUA. O conflito na Ucrânia, iniciado em 2022, demonstra como a mídia pode ser utilizada para moldar a percepção pública. No Ocidente, a percepção predominante é a de que a Rússia invadiu injustificadamente a Ucrânia com o intuito de projetar o domínio russo sobre aquele país. No entanto, o recente conflito tem diversos elementos internos e externos que se entrelaçam, como o golpe inconstitucional que depôs o presidente Viktor Yanukovich em 2014, levando ao centro do poder em Kiev forças abertamente neonazistas, a eleição do comediante nazifascista Volodymyr Zelensky e a busca de adesão, pela Ucrânia, à OTAN. A reação russa se deu por uma série de fatores, mas o avanço imperialista da OTAN foi determinante.

O apoio dos Estados Unidos e do Reino Unido ao regime sionista é outro elemento de intervenção que tem implicações profundas para o massacre de Israel contra a Palestina e a instabilidade naquela região. Ambos os países, com grande destaque para os EUA, têm fornecido assistência militar, financeira e diplomática a Israel por décadas. Esse apoio mantém um desequilíbrio de poder na região, o que, por sua vez, tem perpetuado o conflito e o sofrimento palestino. O apoio ocidental a Israel lhe dá carta branca para violar livremente as Resoluções da ONU e serve como forma de endossar políticas israelenses que resultam em violações dos direitos humanos e do direito internacional na Palestina, como as ocupações ilegais de territórios na Cisjordânia, cujo povo sofre todo tipo de violência e o confinamento genocida na Faixa de Gaza, que sofre bombardeios indiscriminados contra civis, em uma política insana de “limpeza étnica” do povo palestino que tem levado a milhares de mortes de crianças e mulheres.

A ameaça de guerra e a presença militar também têm sido utilizadas como ferramentas de pressão política e econômica. A atual presença militar no Mar do Sul da China exemplifica como a projeção de poder militar dos EUA é utilizada para influenciar a política global e proteger seus interesses estratégicos e econômicos. A região é um ponto focal de tensões geopolíticas, com vários países reivindicando partes das águas ricas em recursos. A presença militar dos EUA no Mar do Sul da

China serve como uma forma de "projeção de poder", demonstrando sua capacidade e vontade de usar força militar para proteger seus interesses. Isso envia uma mensagem clara aos outros países da região de que o imperialismo estadunidense está disposto e é capaz de intervir militarmente se considerar que seus interesses estratégicos ou econômicos estão sendo ameaçados.

A política de intervenção militar dos EUA e do consórcio de potências imperialistas e neocoloniais da Europa, permeados por uma complexa rede de interesses e estratégias, tem sido utilizada como instrumento de poder para a manutenção de seu status como potências globais. No entanto, esse paradigma está sendo desafiado pela emergência de um mundo cada vez mais multipolar, onde novos atores, como os países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), estão ganhando proeminência.

A ascensão da China como uma superpotência econômica e militar, por exemplo, tem reconfigurado o balanço de poder global, oferecendo uma alternativa ao domínio ocidental em várias esferas, desde o comércio, passando pela produção de bens de alta tecnologia até a diplomacia e a defesa. Isso está forçando os EUA e seus aliados europeus a reavaliar suas estratégias, uma vez que a eficácia de suas táticas tradicionais de intervenção e pressão está diminuindo.

Nesse contexto, o declínio relativo do imperialismo em âmbito global torna-se uma realidade. A efetividade das estratégias de intervenção militar e pressão econômica está sendo questionada, não apenas devido à resistência dos países-alvo, mas também devido à crescente condenação internacional e ao surgimento de alianças alternativas que desafiam o status quo.

4. A autodeterminação dos povos e o direito internacional: os impactos do colonialismo, neocolonialismo e imperialismo

Os regimes de opressão e dominação estrangeira impedem a realização da autodeterminação dos povos, ofendendo a consciência dos amantes da paz e da liberdade, que lutam pela emancipação social e humana e pela transformação das relações entre povos e nações em prol de um mundo mais justo. Portanto, as lutas dos povos por libertação nacional, pela afirmação da soberania dos países que conquistaram a independência, e a defesa dos seus rumos próprios de desenvolvimento social, cultural, político e econômico têm ligação intrínseca com as nossas aspirações e a luta dos brasileiros.

O colonialismo não é um regime do passado e ainda tem um papel central, em antigas e novas expressões, na estratégia imperialista. Isso torna o anticolonialismo fulcral no movimento anti-imperialista. Há ainda formas de opressão estrangeira que se transformaram, para continuar dominando países formalmente independentes sujeitos ao neocolonialismo.

O direito internacional gradualmente incorpora direitos conquistados pelos povos em luta. O direito à autodeterminação é um expoente dessas conquistas. Aparece na Carta das Nações Unidas como condição fundamental para o estabelecimento da paz internacional e se consagra através da

Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e dos Pactos dos Direitos Civis e Políticos, e o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na década de 1960. A sua implementação é uma responsabilidade global, nos seguintes termos: todos os povos têm o direito de dispor de si próprios e determinar livremente o seu estatuto político e a sua forma de desenvolvimento; para atingir os seus fins, podem dispor dos seus próprios recursos e nenhum povo pode ser privado dos seus meios de subsistência; e os Estados parte nos Pactos são chamados a promover a realização desse direito e a respeitá-lo.

Dezenas de povos conquistaram a independência em meados do século 20 e seus Estados se juntaram à ONU na condição de soberanos, não mais subalternos. Mesmo assim, restam na lista das Nações Unidas 17 territórios não-autônomos, como o Saara Ocidental, além de outras questões pendentes de solução há várias décadas, como a da Palestina. Existem ainda territórios controlados pela França, Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo, ditos “departamentos”, “estados associados” ou “territórios ultramarinos”, como o domínio estadunidense sobre Porto Rico, o controle britânico sobre as Ilhas Malvinas, da Argentina, ou a nossa vizinha Guiana Francesa.

Em casos como o do Saara Ocidental e o da Palestina, os regimes de prolongada ocupação militar transformados em colonização de assentamento, impostos por Marrocos e Israel, mantêm-se à custa da repressão brutal, com violações sistemáticas dos direitos humanos e massacres reiterados, num estado de opressão permanente. Na Líbia, no Iraque, no Mali e no Afeganistão, o resultado de tal opressão é sempre a devastação do território, da economia e da sociedade, culminando na destruição dos estados independentes e a anulação da autodeterminação.

Neste contexto, os povos têm direito de resistir, lutar e se rebelar militarmente.

Outra demonstração dos efeitos brutais da dominação estrangeira e da negação da autodeterminação a um povo insubmisso é o expansionismo sionista sobre o território ocupado da Palestina e as reiteradas guerras de Israel contra a resistência no estado de opressão permanente. Graças à sua aliança com os Estados Unidos, o Reino Unido e outros países da esfera imperialista, Israel continua impune pelos crimes de guerra e crime contra a humanidade com que mantém o próprio regime, como a demolição de casas e plantações, a transferência de população para a colonização do território ocupado, a implantação de um regime segregador, de apartheid, entre tantos mais. Não é diferente diante da devastação programada da Faixa de Gaza, com cada vez mais devastadoras ofensivas contra o território e o seu povo, ou a brutalidade também cotidiana do exército colonial e dos colonos na Cisjordânia e em Jerusalém, num exercício macabro de punição coletiva pela ousadia de se continuar a resistir e permanecer. Desde a implantação do movimento sionista na Palestina, através da administração Britânica, e a criação do Estado de Israel, são infundáveis as práticas e leis adotadas que visam expurgar a população palestina para garantir um Estado de maioria judaica, fazendo da Nakba, a catástrofe, realidade contínua.

Mas o imperialismo europeu e o estadunidense também trataram de estabelecer novas formas de dominação através do neocolonialismo. Com o fim do governo formal das potências sobre os

países libertados, as relações sociais, econômicas, culturais e políticas adaptaram-se para que a subjugação, pelas potências coloniais fossem transformadas, mas não abolidas.

Desta forma, o jugo neocolonial dá-se também, por exemplo, através das intervenções por instituições financeiras e agências de desenvolvimento, acordos comerciais extremamente desvantajosos, condições invasivas para a assinatura de protocolos os mais diversos, ou a exploração de recursos e a intervenção direta, na África, na Ásia e na América Latina. Todas essas formas de dominação, com velhas e novas práticas, são atentatórias ao direito à autodeterminação e à paz, servindo apenas à expansão imperialista.

Mais recentemente, levantes em países como o Níger deixaram mais evidente o neocolonialismo francês, que naquele caso incluía até mesmo a presença de tropas, alegadamente para combater o terrorismo, mas que visa garantir a exploração dos recursos energéticos de que a França necessita. O neocolonialismo resulta da adaptação das formas de dominação na região do Norte da África e Oriente Médio, mantendo a subjugação sob novas roupagens – seja através de intervenções militares, exploração de recursos ou práticas comerciais desiguais. Mas os povos resistem. O Pan-Africanismo e o Pan-Arabismo emergiram como contrapontos ao imperialismo e ao neocolonialismo, baseados na cooperação em esferas políticas, econômicas e diplomáticas e na unidade em torno da luta pela libertação e a soberania nacional. Fruto dessa unidade, por exemplo, nasce a hoje denominada União Africana (UA), que reconheceu ainda a causa palestina como uma causa africana, refletindo a solidariedade e os esforços internacionais para combater o imperialismo e promover a autodeterminação dos povos.

5. O mundo multipolar

Com a restauração capitalista no Leste Europeu, em 1989, e a desintegração da URSS, em 1991, os EUA e seus aliados buscaram criar um mundo unipolar, onde pudessem impor “a ferro e fogo” a sua vontade e os seus interesses. Os EUA passaram, então, a trabalhar para inviabilizar o surgimento de qualquer outra grande potência que pudesse rivalizar com eles no futuro.

A OTAN, que quando surgiu tinha apenas 12 membros, após o “fim” da Guerra Fria expandiu-se para 31 países, além de 40 “não-membros”, transformando-se em uma aliança militar contra a Rússia e a China.

Comandada pelos EUA, instalou bases militares na maioria dos países do Leste Europeu e nas ex-Repúblicas Soviéticas, ignorando o seu compromisso de não avançar um só centímetro em direção às fronteiras da Rússia. Nos territórios destes novos membros, a OTAN realiza operações militares periódicas, que simulam ataques à Rússia. Rebeliões separatistas passaram a ser fomentadas no interior da Federação Russa.

Também a China passou a sofrer um amplo cerco militar, com o objetivo de bloquear a sua saída ao Pacífico, através de bases militares dos EUA no Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Taiwan, Singapura e Austrália – para citar só as mais importantes – e de pactos agressivos. Nos últimos anos, os EUA deflagraram uma guerra econômica, comercial e tecnológica contra a China, intensificaram os

movimentos separatistas em Taiwan, Hong-Kong, Xinjiang e Tibet e multiplicaram as provocações no Mar do Sul da China.

Para sustentar essa ofensiva contra os povos, os EUA aumentaram as suas despesas militares – que hoje superam um trilhão de dólares anuais –, mantém no exterior mais de 800 bases militares, 200 mil soldados, 7 frotas navais, 13 porta-aviões e uma infinidade de satélites, aviões de espionagem e estações rastreadoras. Sua doutrina militar passou a autorizar o uso de armas nucleares contra países não-nuclearizados e ataques nucleares “preventivos” não provocados. Em uma clara ameaça à Rússia, os EUA romperam unilateralmente o Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio. Da mesma forma, anularam o acordo nuclear com o Irã.

Para sustentar a supremacia mundial, os EUA utilizam – além do seu poderio militar – a hegemonia do dólar como moeda de referência.

A supremacia estadunidense e de seus aliados foi abalada fundamentalmente por três acontecimentos:

1º) O vertiginoso desenvolvimento da China socialista. A China já superou tecnologicamente os EUA em 33 das 44 tecnologias críticas e – além de ser uma potência nuclear que domina a fissão e a fusão nuclear – construiu uma poderosa marinha de guerra e avançados sistemas de mísseis, inclusive hipersônicos, tendo capacidade de enfrentar os EUA no seu entorno.

2º) O renascimento nacional da Rússia que, sob a liderança de Putin, voltou a ser uma potência econômica (a maior da Europa), tecnológica e militar. No campo militar, alguns analistas chegam a defender a tese que a Rússia ultrapassou os EUA com os seus mísseis hipersônicos (velocidade de Mach 20), modernos sistemas de defesa antiaérea, guerra cibernética e submarina.

3º) A aliança estratégica entre China e Rússia – nas esferas econômica, tecnológica, financeira, diplomática e militar –, busca substituir o dólar nas transações internacionais e criar um sistema de intermediação financeira alternativo ao SWIFT.

Outros importantes acontecimentos geopolíticos devem ser considerados nesse quadro de crescente protagonismo da China e da Rússia, em um mundo em que a multipolaridade vai abrindo caminho:

A) A Iniciativa Cinturão e Rota (“Nova Rota da Seda” ou BRI), da China – que envolve mais de 140 países da Ásia, Europa, África e América Latina –, com investimentos chineses de mais de um trilhão de dólares, uma verdadeira globalização do Sul Global, alternativa à globalização neoliberal, em crise. A Nova Rota da Seda também tem grande importância militar, pois diminui a dependência da China de abastecimentos pelo mar, onde os EUA ainda dominam.

B) A expansão do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), que a partir de 2024 incorporará outros seis países (Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabe Unidos Egito, Etiópia, Argentina), tornando-se o “BRICS+”. É tal o seu poder de atração que outros 30 países já solicitaram ingresso

no BRICS, que está se transformando em uma alternativa do “Sul Global” ao “G7”, o qual já superou quanto ao valor do Produto Interno Bruto (PIB).

C) O fortalecimento da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), da qual são membros plenos a China, Rússia, Índia, Paquistão (4 potências nucleares), Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão, mais o Irã e a Bielorrússia, que se encontram em processo de adesão. A OCX tem como observadores a Mongólia e o Afeganistão e como parceiros de diálogo a Turquia, Arábia Saudita, Egito, Catar, Bahrein, Azerbaijão, Armênia, Nepal, Sri-Lanka, Camboja e Maldivas.

D) A criação em 2020, pela China, da Parceria Econômica Regional (RCEP), o maior acordo comercial do mundo, englobando os 10 países da ASEAN (Vietnã, Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei), mais Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão – que responde por 30% do PIB global –, onde os EUA estão ausentes.

E) O revigoramento da Comunidade de Estados Independentes (CEI) – formada pela Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Azerbaijão, Armênia e Moldávia –, que tem como braço militar a “Organização do Tratado de Segurança Coletiva” (OTSC) – formada pela Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Armênia, além da Sérvia como observadora.

F) O fortalecimento do Irã como potência regional e sua crescente parceria com a China e a Rússia. Com a China, o Irã tem um acordo de cooperação de 25 anos, com investimentos de 400 bilhões USD, em troca de fornecimento de petróleo. Em parceria com a Rússia, o Irã está desenvolvendo o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul, que se estende por 7.200 km entre a Rússia e a Índia, cruzando o Irã, Azerbaijão e Cazaquistão e ligando-se à Nova Rota da Seda. Ele dispensará o uso do Canal de Suez e reduzirá os custos de transporte em 30%. Além disso, o Irã é membro da OCS e está se integrando ao BRICS.

G) O fortalecimento da Índia como a 3ª maior economia do mundo e potência militar que, mesmo sob um governo de direita, preserva sua autonomia na arena internacional, aprofunda sua relação histórica com a Rússia – negando-se a aplicar as sanções do ocidente – e participa de diversos fóruns com a Rússia, com a China (com que tem disputas territoriais), ou ambas, embora esteja sob forte ofensiva diplomática e política estadunidense para que se alinhe na frente anti-China e utiliza tal pressão para atingir objetivos próprios.

H) O estreitamento de relações da Turquia – potência regional emergente – com a Rússia, negando-se a lhe aplicar sanções e fazendo diversas parcerias nas áreas energética e de infraestrutura.

I) O redesenho geopolítico do Oriente Médio, cujos exemplos mais evidentes são a reconciliação entre a Arábia Saudita e o Irã – pelas mãos da China – e a reintegração da Síria ao mundo árabe – pelas mãos da Rússia. O atual genocídio contra Gaza, unificou árabes e muçulmanos contra Israel e os está distanciando dos Estados Unidos, aliados incondicionais do Estado sionista.

J) A perda de influência dos EUA na América Latina, devido à vitória nos principais países da região de governos nacionalistas e antineoliberais, e a derrota de suas tentativas de derrubar os governos da Venezuela, Nicarágua e Cuba. Enquanto isso, crescem as parcerias da região com a China e a Rússia.

K) O crescimento da influência russa e chinesa na África, enquanto declina o papel dos EUA e da UE. As recentes revoltas no Sahel – minando o neocolonialismo francês na África –, a não adesão dos países africanos às sanções à Rússia, a presença massiva de países africanos nos fóruns econômicos promovidos pela Rússia e pela China, o ingresso do Egito e da Etiópia no BRICS, revelam o processo que se desenvolve na África nos dias de hoje.

L) O conflito na Ucrânia tinha como objetivo derrotar a Rússia, para depois atingir a China, mas transformou-se em um atoleiro militar e econômico para os EUA e a OTAN, que estão sofrendo uma grande derrota estratégica. A decisão das populações de Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporozhye de se integrarem à Rússia, como a Criméia já havia feito, foi outra grave derrota dos EUA e da OTAN.

Às derrotas dos EUA no Afeganistão, Síria e Ucrânia, à sua persistente crise econômica, que se expressa em uma dívida pública impagável de mais de 34 trilhões de dólares, uma dívida externa de 25 trilhões de dólares e déficits recorrentes em sua balança comercial superiores a 1 trilhão de dólares anuais, soma-se a profunda divisão da elite política, expressão do declínio estadunidense.

O mundo multipolar nasce em meio a duros enfrentamentos

A multipolaridade não surge do nada, é fruto de contradições objetivas e do anseio dos povos por soberania e liberdade.

Hoje, já não existe o mundo sob domínio absoluto dos EUA e OTAN – o chamado Mundo Unipolar. Este fenômeno, que resulta na emergência da multipolaridade, ainda não gerou, contudo, as novas instituições de governança global, o que torna o atual momento muito instável, fazendo com que a multipolaridade nasça em meio a acirrados confrontos.

A consolidação desse mundo multipolar também precisará passar, necessariamente, pelo fim do domínio do dólar e a criação de nova arquitetura financeira mundial.

A nova arquitetura financeira internacional

O atual Sistema Monetário Internacional (SMI) é baseado no padrão dólar-flexível. O SMI é um sistema hierárquico com poucas moedas fazendo o papel de moeda internacional (dólar, euro, libra esterlina, yen, renmimbi, franco suíço) com o dólar no topo da hierarquia exercendo a função de moeda-chave. Vale lembrar que, ao contrário dos acordos de Bretton Woods (1944) em que ficou estabelecido o padrão dólar-ouro, o padrão dólar-flexível não foi o resultado de qualquer concerto. Nem tão pouco foi o “mercado” que escolheu o dólar para ser a principal moeda de referência

internacional. O dólar é a moeda chave do SMI porque os Estados Unidos são, ainda, a maior potência econômica e militar do mundo, conferindo uma vantagem única na história.

De fato, é um privilégio extraordinário. Isso porque os Estados Unidos conseguem financiar seus déficits no balanço de pagamentos com ativos denominados em sua própria moeda. Some-se a isso, a ausência de conversibilidade em ouro, o que permite que o dólar possa variar sua paridade em relação às demais moedas nacionais sempre que considerem conveniente, através da manipulação da taxa de juros pelo FED, o banco central estadunidense.

O papel exercido por Washington nos pós-crise de 2008 ligou o sinal de alerta das autoridades de diversos países, em especial dos países em desenvolvimento, quando o governo estadunidense utilizou do seu privilégio no SMI para recuperar sua economia às expensas do resto do mundo. Além disso, os Estados Unidos passaram a usar sua moeda como arma econômica contra seus inimigos e adversários, impedindo que países como Irã, Cuba, Síria, Venezuela e Rússia, por meio de sanções, utilizassem o dólar para realizar suas transações econômicas. Isso fez com que vários países começassem a questionar o papel do dólar no SMI.

Nesse sentido, chama a atenção o processo de internacionalização do renminbi (yuan) conduzido pelas autoridades chinesas. O renminbi se tornou a quarta moeda mais ativa para pagamentos globais em valor, com uma participação de 2,7%, segundo o Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT). Todavia, a internacionalização do renminbi é um processo lento, não linear, realizado com avanços e recuos. Vale destacar que essa estratégia cautelosa, realizada pelas autoridades chinesas, não tem precedente histórico. Pequim vem realizando diversos acordos de compensação sem a utilização do dólar, inclusive com o Brasil.

Isso contribui também com a criação de uma nova arquitetura financeira que desafia o domínio do dólar e a ordem liberal das potências ocidentais. A China emerge como uma potência financeira, ajudando a desenvolver novos bancos de desenvolvimento, como o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS) e o Banco de Investimentos e Infraestrutura da Ásia. Os dois com sede na China.

6. A construção de projetos nacionais de independência nacional e a luta pela paz

O mundo multipolar cria condições mais favoráveis para a existência de projetos autônomos, que busquem caminhos próprios para o desenvolvimento nacional.

O declínio da potência até agora hegemônica, os EUA – em confronto principalmente com a China e a Rússia –, torna o mundo extremamente perigoso. Diante de qualquer erro de cálculo, “uma fagulha pode incendiar a pradaria”. Mais do que nunca, a luta pela paz e pelo fim das armas nucleares é vital para assegurar a sobrevivência da humanidade.

Todas as contradições fundamentais da época do imperialismo continuam existindo: a contradição entre o capital e o trabalho, a contradição entre os diferentes imperialismos, a contradição entre o socialismo e o capitalismo e a contradição entre o imperialismo e as nações oprimidas.

Mas a contradição principal, aquela que nos dias de hoje ordena e articula as demais é a que se dá entre as nações imperialistas – dirigidas pelos EUA –, e o campo formado pelos países socialistas (em especial a China) e as nações exploradas e oprimidas pelo imperialismo, o chamado Sul Global.

Tornaram-se centrais, nos dias de hoje, a luta anti-imperialista, as lutas nacionais e a luta pela Paz.

7. A América Latina e a luta pela paz

A América Latina continua sob constante assédio imperialista. Apesar do repúdio quase unânime das nações contra o bloqueio, Cuba segue alvo de forte cerco e cerrados ataques, enquanto Venezuela e Nicarágua sofrem sanções e provocações. No caso da Venezuela, devido à resiliência e espírito de luta do povo venezuelano e ao conflito da Ucrânia (EUA/OTAN) contra a Rússia, que afetou o abastecimento de petróleo no mundo, o imperialismo viu-se constrangido a suspender parte das sanções envolvendo a compra do petróleo da Venezuela.

De toda forma, contra qualquer possibilidade de ascensão de líderes anti-imperialistas e defensores da paz mundial na América Latina, move-se a ainda muito poderosa máquina do império, seja para derrotá-los, criminalizá-los ou derrubá-los.

Embalados pela retórica agressiva do império, surgem em nossos países fortes expressões de extrema-direita e mesmo neofascistas, como vivemos no Brasil e assistimos na Argentina, Chile e El Salvador.

No entanto, a correlação de forças tem mudado de forma favorável à defesa da soberania e à paz em nossa região. Vitórias recentes de líderes de esquerda e de centro esquerda no Brasil, Colômbia, Chile, Honduras, Guatemala, somam-se aos governos progressistas do México, Bolívia, Nicarágua, Argentina, Cuba e Venezuela que venceram eleições, derrotaram golpes ou resistiram vitoriosamente a cercos e provocações, o que abre novas perspectivas de retomar o processo de integração solidária regional, com os países apoiando-se mutuamente em seus processos singulares de desenvolvimento e fortalecimento da democracia, reafirmando o que foi decidido em 2014 por 33 nações reunidas na Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), em Havana, quando se proclamou a América Latina e o Caribe como Zona de Paz. Essa proclamação, que tem o objetivo explícito de “enterrar para sempre o uso e a ameaça do uso da força na região”, deve ser defendida ativamente pelos militantes internacionalistas, pelo seu conteúdo anti-imperialista, já que o imperialismo se sustenta com a promoção de conflitos e guerras.

8. O Brasil, a luta democrática e anti-imperialista

A 5ª Assembleia Nacional do CEBRAPAZ foi realizada em Salvador, no dia 7 de dezembro de 2019. Já havia decorrido quase um ano do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Foi um período de gravíssimos retrocessos e ameaças, que assumiu um tom ainda mais dramático com a eclosão da Pandemia em 2020. A atitude criminosamente negligente e negacionista de Bolsonaro foi responsável por parte significativa das mais de 700 mil mortes de brasileiros e brasileiras. Os quatro anos decorridos desde a última Assembleia Nacional do CEBRAPAZ foram marcados, em grande parte, pelo ambiente neofascista no país, pela pandemia e por graves ameaças à paz mundial.

Durante a presidência de extrema-direita subordinada ao imperialismo e com fortes laços com o sionismo, o Brasil foi um ator canhestro na cena internacional, adotando posições incompatíveis com os interesses nacionais e latino-americanos, semeando e fortalecendo visões ultraconservadoras, reacionárias e até neofascistas. No plano interno a fome voltou a ser uma realidade para milhões de famílias, o patrimônio público foi dilapidado, a democracia foi fragilizada, militantes do campo popular foram perseguidos e assassinados, a atuação das Centrais Sindicais e do Movimento Social era alvo de tentativas de criminalização e nos bairros onde residem os trabalhadores intensificou-se a repressão policial, principalmente contra os jovens negros e negras.

Como todo o movimento social brasileiro, o CEBRAPAZ também sofreu fortes restrições em sua atuação. Mesmo assim, podemos afirmar que nossa entidade, em que pese as dificuldades, cumpriu com altivez as tarefas que a luta pela paz e anti-imperialista nos exigia.

Estivemos totalmente envolvidos na luta antifascista. Participamos ativamente da Frente Fora Bolsonaro e ajudamos a convocar diversas manifestações contra a extrema-direita.

A vitória de Lula, em outubro de 2022, e sua posse, em janeiro de 2023, foram conquistas da luta do povo brasileiro, que venceu uma poderosa máquina financeira e de propaganda a serviço do neofascismo.

Logo ao assumir, o governo Lula colocou como prioridade de sua agenda externa a integração latino-americana. O Brasil retomou a participação na CELAC e na Unasul, normalizou as relações políticas e diplomáticas com os povos irmãos de Cuba e Venezuela e trabalha tenazmente para reforçar espaços multilaterais do Sul Global, lutando por uma reforma da governança internacional que dê mais voz e protagonismo aos países em desenvolvimento.

Na questão do conflito entre Ucrânia (EUA-OTAN) contra a Rússia, o governo brasileiro negou o envio de munição à Ucrânia e adotou a posição de privilegiar uma saída negociada, condenando o fornecimento de armas do Ocidente à Ucrânia como uma forma de prolongar a guerra.

Em relação ao genocídio contra o povo palestino, promovido pelo Estado racista de Israel, apesar de sofrer grande pressão e levando-se em conta a correlação de forças externa e interna, pode-se dizer que a posição assumida pelo Brasil é, em sua essência, correta, defendendo que a única solução de fundo é a constituição do Estado Palestino soberano, com fronteiras internacionalmente reconhecidas, de acordo com as resoluções da ONU.

No Brasil, o combate contra a extrema-direita não é uma tarefa superada com a vitória sobre Bolsonaro, pelo contrário. Apesar de derrotada, a extrema-direita continua influente e mobilizada. Para travar em melhores condições esta contenda decisiva, é preciso intensificar a atividade internacionalista anti-imperialista, através da qual contingentes cada vez maiores de pessoas elevam sua consciência política, ligando o que acontece fora do nosso país com os dilemas e contradições que enfrentamos internamente. Esta tomada de consciência sobre a importância do internacionalismo tem dois efeitos benéficos: fortalece o trabalho de solidariedade aos povos em luta e reciprocamente nos prepara melhor para enfrentar e vencer os tóteres do imperialismo que tentam escravizar e submeter o povo brasileiro.

Como apontam nossas teses, o cenário internacional tende ao agravamento, pois o imperialismo deve responder ao seu declínio com o aumento da agressividade. Assim, o CEBRAPAZ reafirma que a defesa da paz tem como eixo fundamental a luta anti-imperialista, que deve ser ampla, avessa à rigidez e ao dogmatismo, mas também sem cedências ou ilusões em relação ao papel do imperialismo, que tenta impor modelos de desenvolvimento e democracia, contando para isso com imensos meios de comunicação e propaganda.

9. O Conselho Mundial da Paz

O Conselho Mundial da Paz (CMP) é uma entidade internacionalista estabelecida por resistentes antifascistas em 1949-50 e que luta contra a guerra, a opressão, o colonialismo e o imperialismo. Atualmente, o CMP conta com organizações membro em cerca de 100 países em todos os continentes e é distribuído regionalmente, adotando planos de ação global e regionais para África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. As suas atividades e declarações são traduzidas e publicadas na página do CEBRAPAZ.

O CEBRAPAZ é membro do Secretariado e do Comitê Executivo da entidade e entre 2008 e 2022, a companheira Socorro Gomes foi a sua Presidenta. Cumpriu a tarefa com brilhantismo, determinação e compromisso, sempre defendendo e inspirando a unidade e a amplitude do movimento e, com espírito combativo, denunciando com veemência nos mais diversos fóruns, as consequências nefastas da ação ofensiva do imperialismo, do colonialismo e da militarização do planeta.

Estas são algumas das bandeiras centrais do CMP, as quais o CEBRAPAZ tem ajudado a elaborar e erguer desde o seu estabelecimento em 2004 e a sua quase imediata adesão à entidade mundial. Portanto, como membro dos órgãos de direção, o CEBRAPAZ pôde contribuir e participar na elaboração e realização de diversas campanhas e ações internacionais, como são as conferências contra as bases militares estrangeiras, os protestos contra a OTAN e as suas guerras, e as visitas em

missões de solidariedade aos povos em luta em Cuba, na Venezuela, na Palestina, na Síria, entre outros. Também participou dos encontros, reuniões, Assembleias e atividades, tanto do CMP como a convite de organizações fraternas, no Azerbaijão, em Bangladesh, na Índia, na Irlanda, no Nepal, no Vietnã, na Rússia, entre outros países, mantendo sempre vivo o internacionalismo que inspira o CMP e o CEBRAPAZ, sob o princípio central da solidariedade entre os povos na luta anti-imperialista.

O CMP tem enfrentado dificuldades especialmente ligadas à escassez de recursos, que prejudica a mobilização dos seus membros, e os desafios conhecidos de unidade estratégica na amplitude. Mesmo assim, o empenho coletivo pelo seu fortalecimento é valoroso e contínuo. A mais recente Assembleia do CMP teve lugar no Vietnã, em novembro de 2022, tendo o Comitê da Paz do Vietnã como anfitrião. Foi então eleito para a Presidência Pallab Sengupta, que preside a Organização Toda-Índia para a Paz e a Solidariedade (AIPSO, na sigla em inglês).

A Declaração Política adotada pela Assembleia afirmou que “o espírito da nossa época é a afirmação da vontade dos povos de tomar o seu destino nas próprias mãos”. Portanto, o CMP está “chamado a desempenhar um papel importante nesta luta e no reforço deste impulso para o progresso”, numa “ampla convergência de todos os movimentos que lutam contra a guerra, as armas nucleares, o militarismo e o imperialismo em geral e a violação dos direitos dos povos e nações.” Esta posição foi reforçada pelas entidades da Região das Américas do CMP na mais recente reunião realizada no México, em 20 de setembro de 2023. Em rara ocasião, o CEBRAPAZ não pôde comparecer, mas enviou a sua contribuição. O plano de ações estabelece tarefas e metas com as quais os anti-imperialistas são chamados a levar a luta adiante. Com o mesmo espírito, o CEBRAPAZ manifesta o seu compromisso e deve envidar esforços para cumprir as tarefas dos planos de ação adotados pelo CMP, contribuindo para a sua amplitude e o seu fortalecimento.

ANEXO - Plano de Ação (2024/2026)

Objetivos Políticos

1. Fortalecer a luta anti-imperialista, pela paz e autodeterminação dos povos.
2. Defender a democracia no Brasil e no mundo, reforçando a luta antifascista e denunciando a extrema-direita.
3. Impulsionar a Campanha Internacional pela erradicação das armas nucleares, propondo a progressiva eliminação dos arsenais nucleares e, enquanto isso não se completa, exigir o compromisso das nações que possuem armas nucleares de nunca as utilizarem.
4. Continuar a luta pelo fim da OTAN e das bases militares estrangeiras, sobretudo na América Latina e Caribe.

5. Reforçar a solidariedade à Cuba e pelo fim do bloqueio, a independência do Saara Ocidental e a defesa do Estado da Palestina. Apoiar todos os povos que resistem à opressão.
6. Discutir a questão da imigração em nosso país e no mundo, com destaque para os refugiados, e desenvolver ações de solidariedade.
7. Intensificar ainda mais a participação dos membros da Direção e do Conselho Consultivo nas discussões dos temas candentes da luta pela paz e da solidariedade aos povos.
8. Estimular o estudo permanente sobre as causas que o CEBRAPAZ defende, buscando conhecer a fundo as contradições da contemporaneidade e suas implicações nos conflitos internacionais. Qualificar ainda mais as nossas intervenções sobre temas diversos. Conhecer aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos e políticos, combinando teoria e prática.
9. Continuar a participar ativamente do Conselho Mundial da Paz e outros fóruns – internacionais e nacionais – vinculados às bandeiras de luta e princípios do CEBRAPAZ.
10. Acentuar os laços de solidariedade entre os povos da América Latina em sua busca pelo desenvolvimento soberano.

Objetivos Organizativos

1. Agenda de reuniões – com o objetivo de promover permanente atualização e discutir as iniciativas a serem desenvolvidas, o CEBRAPAZ deve realizar, de modo virtual ou híbrido, reuniões trimestrais da Executiva Nacional e semestrais da Direção Nacional. Na medida em que as condições permitirem, as reuniões devem contar com o compartilhamento prévio da pauta e dos documentos que serão objeto de debate. Realizar, no primeiro semestre de 2024, um Seminário de Planejamento para detalhar as ações que devem ser desenvolvidas pela direção, em especial nas áreas de finanças e comunicação.
2. Núcleos Estaduais – garantir que a entidade conte com núcleos organizados em todas as regiões do país, mantendo os que já existem – e buscando aprimorar seu funcionamento – e criando novos núcleos estaduais. Desenvolver a educação política e teórica dos ativistas e dirigentes do CEBRAPAZ, criando coletivos de formação e de ação cultural.
3. Finanças – a questão do financiamento deve ser compreendida como estratégica para viabilizar o cumprimento das ações políticas do CEBRAPAZ. O Plano de Finanças deve detalhar os seguintes objetivos centrais: a) Contribuição Militante: todos os membros do sistema de direção devem indicar um valor e uma periodicidade (mensal, semestral ou anual) com a qual possam contribuir; b) Contribuição de amigos: manter relação com entidades, sindicatos e outros movimentos sociais que possam contribuir, ocasional ou regularmente, com o CEBRAPAZ; c) regularizar quaisquer pendências jurídicas; d) avaliar a criação de uma “Loja Internacionalista”, angariando fundos com a venda de camisetas, bandeiras, canecos, chaveiros, adesivos etc.

4. Comunicação – o Plano de Comunicação, dentre outras coisas, deve buscar: a) assegurar regularidade na alimentação de conteúdo do site da entidade; b) manter/criar perfis e garantir agenda de publicações em redes sociais, principalmente Instagram e Facebook; c) criar agenda de vídeos para a TV CEBRAPAZ; d) criar rede de comunicação internacionalista, envolvendo dirigentes responsáveis por essa tarefa nos núcleos do CEBRAPAZ e em outras associações e entidades congêneres, para estimular a troca de informações e conteúdo; e) garantir produção constante de cards e materiais visuais, ainda que virtuais, alinhados com as campanhas e causas do CEBRAPAZ; f) apoiar a luta pela democratização e a soberania digital das nações.

5. Campanhas – as campanhas são aquelas que contam com um tema específico, um cronograma de ações a serem desenvolvidas e identidade visual própria. É importante que o CEBRAPAZ realize pelo menos uma campanha temática por ano relacionada com alguma de suas causas. Uma campanha contra as bases militares dos EUA/OTAN, por exemplo, com cartazes, adesivos e cards com a marca do CEBRAPAZ, que desenvolvesse uma agenda de debates (virtuais e presenciais), publicações nas redes e outras iniciativas ao longo de um período determinado, ou sobre algum outro tema, mas sempre de modo planejado e sem prejuízo de outras ações permanentes.

6. Parcerias – dar continuidade às iniciativas da relação do CEBRAPAZ com a academia, realizando mais atividades nas universidades e estabelecer parcerias e convênios para desenvolver o pensamento e a cultura da paz e da solidariedade entre os povos. Propor um esforço específico de planejamento de cooperação e ações neste sentido, com a comissão de elaboração deste planejamento, inclusive para a produção de material especializado do próprio CEBRAPAZ sobre os temas relevantes para a nossa luta. Estabelecer parcerias também com canais de mídia alternativa.

São Paulo, 10 de dezembro de 2023

A 6ª Assembleia Nacional do CEBRAPAZ

Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz

6ª Assembleia Nacional

Unir o povo brasileiro na luta pela paz!

Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz



CEBRAPAZ

